

PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E POVOS TRADICIONAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

KEILE AP. BERALDO,
LUCAS EVANGELISTA FREIRE e
THIAGO VELOSO DE MELO.

RESUMO - A exploração indiscriminada das florestas o desmatamento em áreas de transição dos diversos biomas, tais como o Cerrado e Floresta Amazônica vêm sendo temas de constante debate no meio político e acadêmico dentro e fora do Brasil. Considerando a importância – socioeconômica e ambiental – da agricultura familiar e das comunidades tradicionais no Brasil, e em particular no estado do Tocantins, e o incipiente estágio de conhecimento sobre a produção e a comercialização de produtos dessa origem, este trabalho tem o objetivo de levantar e apresentar dados sobre a produção e comercialização de produtos agroextrativistas por comunidades tradicionais no estado do Tocantins utilizando dados do Censo agropecuário de 2017. Utilizou-se metodologia de pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico, observação informal, pesquisa de campo e coleta de dados secundários. Os dados coletados revelam que a atividade extrativista no Estado do Tocantins, funciona em volta de um punhado de produtos, dos tipos Alimentícios (Açaí, Mangaba, Pequi), Fibras (Buriti), Madeiras (Carvão Vegetal, Madeira em Tora, Lenha) e Óleos (Babaçu), e outros não identificados. Apesar do extrativismo ter uma participação de 0.2% no PIB do estado, continua sendo um mercado de R\$61 milhões de reais, além de ser uma produção que valoriza as comunidades tradicionais, a agricultura familiar, forma de produção sustentável que contribui para a conservação das matas e solo.

PALAVRAS-CHAVE - Agroextrativismo; Comunidades Tradicionais; Geração de Renda. Florestas; Desmatamento.

I. INTRODUÇÃO

A exploração indiscriminada das florestas o desmatamento em áreas de transição dos diversos biomas, tais como o Cerrado e Floresta Amazônica vem sendo temas de constante debate no meio político e acadêmico dentro e fora do Brasil. Tais questões implicam em repensar a forma de exploração e produção nesses biomas. O bioma Cerrado, definido pelo Mapa dos Biomas Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2004, possui 2.036.448 km² de extensão e corresponde a 24% do território brasileiro.

O estado do Tocantins localiza-se na região Norte do país, antes parte do estado de Goiás, cuja a capital é a cidade de Palmas é o mais novo estado da federação brasileira. Criado em 05 de outubro de 1988 e oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989, está localizado a sudeste da Região Norte do país e tem como limites os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará. Possui uma área total de 277.720.569 km² e é dividido em duas mesorregiões (Ocidental e Oriental) e oito microrregiões (Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema, Porto Nacional e Rio Formoso). Segundo o IBGE com uma po-

pulação estimada de 1.515.126 habitantes, divididos nos 139 municípios, sendo que 78,8% moram na área urbana e 21,2% na área rural [8].

Em uma zona de transição geográfica entre Cerrado e a Floresta Amazônica dentro do estado do Tocantins se observa uma mistura da fauna e flora das duas regiões. O clima que predomina é o tropical seco, marcado por uma estação chuvosa (de outubro a abril) e outra seca (de maio a setembro). Sua economia é baseada no comércio, e na agricultura e pecuária, com muitas cadeias produtivas, sendo que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado médio (0,699) quando comparado com o nacional e o rendimento mensal domiciliar per capita da população residente em 2014 era de R\$ 765,00 [8].

O estado do Tocantins tem uma população de aproximadamente 10 mil indígenas, distribuídos em 82 aldeias de oito etnias: Karajá, Xambioá, Javaé (que formam o povo Iny) e os Xerente, Krahô Canela, Apinajé e Pankararú. Também existem 15 comunidades quilombolas, distribuídas em 10 cidades de Norte a Sul do estado, porém pouco se conhece sobre a produção desses povos e o quanto contribuem para a

geração de renda e a preservação ambiental (IBGE, [8]).

Nesse sentido, cabe destacar que o papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais considerada secundária no cenário da economia do estado, quando comparada ao agronegócio e a produção de grãos, é de extrema importância para preservação do bioma Cerrado diminuindo o seu desmatamento. Os dados divulgados pelo Censo de 2017, realizado pelo IBGE, revelam que há uma considerável produção de produtos agroextrativistas oriundos de comunidades tradicionais, tais como: Indígena, quilombola, ribeirinhos, quebradeiras entre outros que contribuem para a preservação das florestas e matas nativas.

Considerando a importância – socioeconômica e ambiental – da agricultura familiar e das comunidades tradicionais no Brasil, em particular no Tocantins, e o incipiente estágio de conhecimento sobre a produção e a comercialização de produtos dessa origem, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: qual o valor da produção agroextrativista oriunda de agricultores familiares em 2017 no estado Tocantins? Assim, este trabalho tem o objetivo de levantar e apresentar dados sobre a produção e comercialização de produtos agroextrativistas por comunidades tradicionais no estado do Tocantins utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017.

Metodologia

Este trabalho utilizou como metodologia a pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico, observação informal e pesquisa de campo e coleta de dados secundários em sites institucionais como IBGE, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para Dencker ([3], p.156), “os estudos exploratórios compreendem, além do levantamento das fontes secundárias, o estudo de casos selecionados e a observação informal”. A autora afirma, ainda, que fazer pesquisa é observar a realidade, e muitos dados que o pesquisador precisa podem ser obtidos por meio da observação direta, por permitir o registro do comportamento no instante em que este ocorre [3].

Após a coleta os dados foram organizados, apresentados no item a seguir em tabelas e gráficos, posteriormente analisados.

Agricultura familiar agroextrativismo e povos tradicionais

Estudos demonstram que ao longo da história, o Brasil foi favorecido economicamente pela produção de alimentos, tendo como destaque neste setor por possuir grandes extensões de terras cultiváveis. Essa característica evidencia a necessidade do governo federal em articular ações e políticas visando o desenvolvimento econômico desse segmento. Assim, os gêneros alimentícios apresentam uma representação na economia brasileira por consistirem em commodities, os quais ou são encaminhados para a indústria de transformação de alimentos ou são destinados para o consumo da população brasileira ou ainda, para o mercado internacional, auxiliando para o equilíbrio da balança comercial do país (HENRIQUE et al., 2017).

Diante desse cenário a agricultura comercial ganhou status como produtora de commodities, já que o modelo econômico do país tende a enfatizar a produção de alimentos. Henrique et al [6], analisa a Produção Agrícola Municipal (PAM) do estado e observou que referente às culturas temporárias e permanentes do Tocantins, da Região Norte e do Brasil nos anos de 2005 e 2014; identificando que em 2005, o estado era o maior produtor de algodão em caroço e de soja em grãos, o 2º. maior produtor de arroz em casca e o 3º. maior produtor de milho em grãos da Região Norte. No ranking nacional, destacou-se na produção de arroz em casca, ocupando a 5ª. Posição (BRASIL, 2015 apud [6]).

Se de um lado está a agricultura comercial de grande porte, por outro lado vale mencionar os dados referentes à produção pelos pequenos e médios produtores de hortifrutis no Tocantins, nos quais destaca-se a produção de banana com produção estável no estado principalmente no Projeto de Hidroagrícola Manoel Alves. Já a castanha de caju, coco-da-baía, laranja, limão, mamão, manga, maracujá e tangerina, que apesar de pouco expressivos fazem parte da cesta de produtos da agricultura familiar. Outras culturas assim como a melância, e o abacaxi que de acordo com Secretária do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins (SEAGRO/TO), são responsáveis por boa parte da produção de frutas do estado, vem abastecendo ainda outras regiões brasileiras. Outra cultura bastante expressiva é a mandioca que nos últimos anos houve uma queda na produção, tal fato pode estar relacionado à migração de produtores do estado para outras culturas.

Cabe mencionar estudos que apontam para a importância da produção familiar na produção agrícola propriamente dita. Van der Ploeg [10], destaca as dez qualidades da agricultura familiar. Durante o texto ele nos introduz nesse mundo de difícil compreensão para uma sociedade que sucumbiu ao domínio paradigmático das teorias sociológicas, econômicas e agronômicas da modernização agrícola. Paulo Peterson apresenta o texto e confirma que “ao apresentar dez qualidades da agricultura familiar, o autor sintetiza o potencial multifuncional que ela pode desenvolver a fim de contribuir para a superação de significativos dilemas civilizacionais que emergem com a era do antropoceno”.

Embora amplamente demonstrado ao redor do planeta, esse potencial vem sendo largamente desperdiçado por políticas estatais desenhadas para favorecer a dinâmica expansiva da agricultura patronal. Diante desse contexto, em que as perspectivas e ideologias ligadas ao industrialismo e às economias de escala imperam, a afirmação das virtuosidades inscritas nas dez qualidades da agricultura familiar apresenta-se como enorme desafio teórico e político. É nesse sentido que devemos louvar a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de declarar 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (PETERSON in [10]).

“Os agricultores familiares não utilizam esses recursos para obter lucros, mas para ganhar a vida, ou seja, para obter níveis de renda que lhes proporcionem uma vida digna e, se possível, permitam que façam investimentos para o contínuo

desenvolvimento do estabelecimento. A agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos que utiliza em seu estabelecimento. Isso inclui a terra, mas também os animais, os cultivos, o material genético, a casa, as construções, o maquinário e, em um sentido mais amplo, o conhecimento que especifica como todos esses recursos podem ser utilizados e combinados entre si. A integração ativa na vida comunitária e o acesso aos mercados, bem como a participação em cooperativas, também representam importantes recursos. Os agricultores familiares não utilizam esses recursos para obter lucros, mas para ganhar a vida, ou seja, para obter níveis de renda que lhes proporcionem uma vida digna e, se possível, permitam que façam investimentos para o contínuo desenvolvimento do estabelecimento” ([10], p. 8).

No entanto, como o próprio autor alerta, a efetivação das qualidades potenciais da agricultura familiar também tem sido bloqueada por políticas específicas para esse segmento social, sempre que as mesmas são desenhadas com o objetivo de induzir à reconversão técnica e produtiva dos estabelecimentos familiares segundo padrões empresariais de gestão econômica. Ao promoverem esse modelo operacional de desenvolvimento agrícola, os governos acabam por favorecer a subordinação da agricultura familiar à lógica do capital industrial e financeiro, transformando-a em mera fornecedora de mão de obra para o agronegócio. Como conclusão, o texto deixa claro que as dez qualidades só poderão ser valorizadas e desenvolvidas com a criação de condições objetivas para que a agricultura familiar coloque em prática e aprimore continuamente o modo camponês de produção e de vida inscrito nas memórias bioculturais de suas comunidades (PETERSON, 2014 in [10]).

Grisa et al. [5] relatam que a agricultura familiar ganhou destaque no cenário nacional a partir de 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo objetivo é formular e implementar políticas de desenvolvimento rural mais especificamente voltada para o crédito fomentando a produção e produtividade. Mas só veio a ter voz a partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2000, sendo que a partir de então as políticas de desenvolvimento rural no país culminando em algumas medidas como o Programa Nacional de Reforma Agrária, Planos Safra, Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), entre outros, mas nem sempre conseguiram atingir seus objetivos na íntegra, as comunidades tradicionais ficaram a margem.

Ploeg [10] afirma que a agricultura familiar só poderá desenvolver suas qualidades intrínsecas em benefício das sociedades contemporâneas ao se tornar mais camponesa e menos empresarial. O autor defende o projeto de recomposição em suas dimensões quantitativa e qualitativa, que correspondem, respectivamente, a duas bandeiras de luta de movimentos sociais do campo no Brasil: a reforma agrária e a Agroecologia.

Estima-se que nos últimos 10 anos a produção de alimentos em assentamentos de Reforma Agrária, baseada nos projetos elaborados pelo Pronaf, seja de 2.500 agricultores,

que plantam arroz, milho, feijão, abóbora, mandioca, alface, coentro, cebolinha, jiló, tomate e berinjela sendo que muitos utilizam-se da coleta de produtos agroextrativistas para complementarem suas rendas.

Diferentes estudos demonstram que a partir dos anos 1990 o Brasil tem vivido um processo interessante nas últimas décadas, que se relaciona com a emergência de “novos movimentos sociais” e com o processo de reconhecimento jurídico dos diversos grupos designados pelos dispositivos legais de povos e comunidades tradicionais. Trata-se dos povos indígenas e povos quilombolas, das comunidades de seringueiros, de castanheiros, de açaqueiros, de catadoras de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, de capim dourados, entre tantos outros grupos.

Terra, produção, preservação da cultura, segurança alimentar foram alguns dos pontos que nortearam a política de inclusão dos povos indígenas do antigo e extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante o período de 2003 a 2006 quando foram homologadas 60 áreas, totalizando 10,5 milhões de hectares de terras indígenas. Esses índios representam um rico painel de diversidade, que segundo os dados do MDA (2006) era uma população de 400 mil pessoas divididas em 215 etnias e que falam aproximadamente 170 línguas, mas que historicamente, têm dificuldades para preservar seus direitos básicos. Um deles é a demarcação das próprias áreas, muitas delas ocupadas por não indígenas (MDA, 2006, p. 101). Todas essas conquistas estão sendo ameaçadas pelas políticas do novo governo.

Sobre a Silvicultura e Extrativismo Vegetal as informações estão embasadas em dados e definições oriundos da produção da extração vegetal e da silvicultura do IBGE. Ainda de acordo com as informações do IBGE a silvicultura e o extrativismo do Tocantins apresentam baixa produção, comparada a outros estados do Brasil. Dessa forma, denomina-se silvicultura: (...) a atividade que se ocupa do estabelecimento, do desenvolvimento e da reprodução de florestas. Já por Extrativismo vegetal se compreende pelo processo de exploração dos recursos vegetais nativos, que abrange a coleta ou apanha de produtos como madeira, latex, sementes, fibras, frutos e raízes, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo ou de modo primitivo e itinerante ([6], p. 29 e 30).

O extrativismo é considerado uma das atividades que asseguram e promovem renda para homens e mulheres do campo que compõem as comunidades tradicionais tais como:

As comunidades quilombolas que correspondem a grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana e que se auto definem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade e as práticas culturais próprias. (BRASIL, MDA, 2006, p.94).

Ye et al. [11] fazem uma crítica ao capitalismo global e sua capacidade de exploração das atividades extrativistas. Segundo os autores o extrativismo representa a produção sem reprodução referem-se à reprodução das relações sociais de produção. O extrativismo centra-se no uso dos recursos já

disponíveis, não investe na reprodução material desses recursos. O sistema Extrativista conecta os lugares de pobreza a lugares de riqueza (trazendo capital extrativista em busca de recursos e retornando fluxos massivos de mercadorias baratas) permitindo que o modelo extrativista distribua consideráveis parcelas de riqueza. Isso é facilitado, uma vez que não são necessários investimentos substanciais e contínuos na reprodução de recursos e, porque a financeirização é agora o principal mecanismo de financiamento: o capital exigido é obtido no mercado de capitais (bancos e bolsas de valores). Isso significa que os custos são menores e, devido à alavancagem, as taxas de retorno são mais altas (Ye et al., 2019, P. 10).

Entende-se que tais críticas são pertinentes, já que a maioria dos projetos extrativistas no Brasil e Tocantins contam com financiamento de fundos externos e os produtores precisam de ajuda para se organizarem e colocar seus produtos no mercado, com políticas públicas acessíveis a esses atores, povos e comunidades tradicionais.

As Reservas Extrativistas foram criadas para garantir o uso sustentável da biodiversidade, bem como para proteger a cultura das comunidades. Assim, desenvolver estratégias de governança comunitária para o uso equilibrado dos bens comuns de uma Reserva Extrativista é condição essencial para os atores envolvidos alcançarem atitude e consciência ambiental, contribuindo com a sustentabilidade da biodiversidade e, por conseguinte, ter impacto positivo na qualidade de vida das comunidades, por meio do bom desempenho dos seus projetos [7].

Para explicar Santos et al. [7] utilizam-se da teoria apresentada pela economista e Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009, Elinor Ostrom: Common Pool Resource (CRP) comprova que os grupos utilizadores de bens comuns (recursos naturais) são capazes de estabelecer regras e mecanismos eficientes que disciplinam a exploração destes. O seu trabalho chama atenção para a concepção de que algumas comunidades locais desenvolvem, de forma eficiente, a gestão dos bens comuns sem a necessidade de seguir as regras impostas por programas governamentais ou parceria com a iniciativa privada. E, para solucionar os conflitos presentes na gestão dos recursos comuns, a comunidade deve se organizar e buscar a cooperação mútua entre os envolvidos sejam estes indivíduos ou instâncias que utilizam os mesmos bens, visando a sua sustentabilidade (HESS; OSTROM, 2007 IN SANTOS, BERALDO e RODRIGUES, 2018).

II. PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA NO ESTADO DO TOCANTINS

Segundo as informações disponibilizadas pelo IBGE e o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da SEAGRO/TO, o estado do Tocantins conta com aproximadamente 42.000 famílias de agricultores, distribuídas em 554 Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária (INCRA) e do Crédito Fundiário (SEAGRO). Os sistemas de produção realizados pelos agricultores familiares no território tocaninense são bem diversificados, mas baseados

em policultivo, além da associação de lavoura com pecuária, rotineiramente voltados para a subsistência das famílias e para a reprodução dos meios de produção. Esse tipo de atividade gera em torno de 120.000 postos de ocupação e, ainda, participa com 40% do valor bruto da produção agropecuária do Tocantins [6].

Destaca-se que uma das atividades desenvolvidas na região da Amazônia Legal, e no estado do Tocantins é a extração do babaçu que é realizada predominantemente por mulheres, embora tenha a participação dos homens em determinados momentos. Segundo Shiraishi Neto [9] é uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitado integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, à quebra e à venda das amêndoas que se tornou sua principal fonte de renda que lhes garante autonomia financeira. Para as quebradeiras a vida se constroem em volta do babaçu, as vezes suas casas são feitas da palha do babaçu.

Nesse sentido o profundo conhecimento da natureza e de seus ciclos faz com que as quebradeiras de coco lutem pela preservação dos recursos naturais. Ao longo dos tempos, elas deram demonstrações da ação prática dessa consciência e desse conhecimento, que rebatem na promoção da biodiversidade e das práticas culturais.

Embora originárias do processo de luta dos seringueiros, as reservas extrativistas de prevalência de babaçu criadas pelo governo federal apresentam especificidades relacionadas às formas de acesso e uso. Enquanto, nas reservas de seringa, a apropriação da área é comum, e o seu uso é privado por família, já que cada seringueiro é detentor de uma estrada de seringa (o que se chama de “colocação”), nas reservas de babaçu a apropriação e o uso são comuns às famílias, que se utilizam das palmeiras de acordo com suas necessidades e capacidades. As reservas extrativistas de babaçu criadas apresentam ainda uma particularidade que merece ser destacada: as quebradeiras de coco e suas famílias não moravam na área delimitada, objeto do decreto. Contudo, o fato de não morarem ali não implicava que não estivessem realizando a atividade extrativa do babaçu, pois, como já foi assinalado, a maioria das quebradeiras de coco está na condição de “sem terra” [9].

De acordo com Shiraishi Neto [9] quando se trata de áreas de comunidades de remanescentes de quilombo, muitas áreas criadas pelos decretos ainda não foram consolidadas, estando inconclusos seus processos administrativos. Enquanto a reserva extrativista do Ciriaco foi parcialmente desapropriada, as reservas da Mata Grande e do Extremo Norte ainda continuam sendo submetidas a novos e novos levantamentos. Ressalta-se o contexto político atual, que comporta um conjunto de fatores, certamente tem-se colocado como verdadeiro obstáculo a impedir a consolidação das unidades de conservação criadas. Como se já não bastassem as dificuldades que enfrentam o cenário político pouco favorável com as mudanças no crédito agrícola. As quebradeiras de coco babaçu, as comunidades quilombolas e indígenas estão diante de grandes produtores e de poderosas indústrias, ambos

conectados com o mercado internacional.

Os dados coletados revelam que a atividade extrativista no Estado do Tocantins, funciona em volta de um punhado de produtos, dos tipos Alimentícios (Açaí, Mangaba, Pequi), Fibras (Buriti), Madeiras (Carvão Vegetal, Madeira em Tora, Lenha) e Óleos (Babaçu), e outros não identificados.

Tabela 1. Principais produtos, quantidade e valor da produção extrativista no estado do Tocantins durante o ano 2017.

Produto Extrativista	Quantidade produzida extração vegetal	Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)
Açaí (fruto) (Toneladas)	1	4.00
Castanha-do-pará (Toneladas)	2	5.00
Mangaba (fruto) (Toneladas)	4	38.00
Pequi (fruto) (Toneladas)	2099	1.716.00
Buriti (Toneladas)	69	374.00
Carvão vegetal (Toneladas)	28499	29.992.00
Lenha (Metros cúbicos)	906068	20.481.00
Madeira em tora (Metros cúbicos)	62067	7.227.00
Babaçu (amêndoa) (Toneladas)	304	855.00
Outros (Toneladas)	417	528.00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Dentre esses produtos aqueles cuja produção mais se destaca são os da silvicultura, pequi e babaçu. Os produtos da silvicultura seguem a trajetória de queda da produção extrativista geral, mas continuam sendo a principal produção extrativista do estado. O pequi como o principal representante do Cerrado, mostrou um aumento em sua produção em relação ao ano anterior, porém devido à falta de dados não se é capaz de afirmar qualquer tendência. O Babaçu, apresenta certa abundância de dados, se observa o crescimento da produção e de seu valor de mercado, em decorrência das descobertas de seus benefícios, e do reconhecimento e valorização das Quebradeiras de Cocos.

As comercializações desses produtos demonstram a importância da preservação do cerrado e das matas e do incentivo ao manejo sustentável. Além de justificar a implantação das Reserva Extrativista que combinam o uso produtivo dos recursos florestais com a sua conservação, ao mesmo tempo que garante o direito histórico das populações extrativistas ao seu território, bem como propiciar formas de sustentabilidade dos recursos naturais presentes no próprio sistema tradicional dos povos da floresta.

Observando o valor da produção extrativista pelas microrregiões, duas regiões se destacam Dianópolis e Porto Nacional, a primeira sendo responsável por metade da produção extrativista do Estado, mesmo que seu PIB seja o segundo menor, “perdendo” apenas para o Jalapão.

O extrativismo tem uma participação de 0.2% no PIB do estado, ainda que essa representação pareça pequena, isso não deve nos cegar para o fato de que continua sendo um

Tabela 2. Produção extrativista por microrregião

Unidade da Federação e Microrregião Geográfica	Produção Extrativista (Mil Reais)	PIB (Mil Reais)	Participação
Araguaína (TO)	2.233.00	6.050.593.00	0.04%
Bico do Papagaio (TO)	4.315.00	2.303.179.00	0.19%
Dianópolis (TO)	30.513.00	1.707.008.00	1.79%
Gurupi (TO)	5.244.00	3.796.918.00	0.14%
Jalapão (TO)	694.00	1.040.703.00	0.07%
Miracema do Tocantins (TO)	1.110.00	2.989.052.00	0.04%
Porto Nacional (TO)	11.134.00	10.794.985.00	0.10%
Rio Formoso (TO)	5.986.00	2.893.392.00	0.21%
Tocantins	61.228.00	31.575.831.00	0.19%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE¹

mercado de R\$61 milhões de reais, além de ser uma produção que valoriza as comunidades tradicionais, a agricultura familiar, forma de produção sustentável que contribui para a conservação das matas e solo. Uma vez que requer uso mínimo de quaisquer tipos de agrotóxicos, e em alguns casos pouca a quase nenhuma alteração, no local.

A produção extrativista tocantinense teve uma trajetória de crescimento atingindo seu boom em 2014 com uma produção de quase 100 milhões de reais, tal fato pode ser explicado devido as políticas públicas de aquisição de alimentos dos agricultores familiares. Porém, com uma crise econômica nacional anunciada, seus efeitos não tardaram em atingir o extrativismo tocantinense, levando a, aproximadamente, uma redução de 40% da produção em dois anos e desde então a produção tem diminuído, contudo em 2017 a queda da produção foi baixa em relação aos anos anteriores conforme o gráfico 1, possivelmente indicando que o setor está se estabilizando, e irá voltar a crescer.

Para Van der Ploeg [10] o agricultor familiar sua família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural, estão vinculados à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem. Dessa forma, as famílias agricultoras contribuem para fortalecer a economia rural local, pois é na comunidade onde compram, gastam e participam de outras atividades econômicas. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de conta ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos (em vez de interrompê-los) e preservar a beleza e a integridade das paisagens.

A partir das observações expostas neste trabalho, constata-se que quando a agricultura familiar trabalha com a natureza, contribui localmente para a conservação da biodiversidade e para a luta contra as mudanças climáticas globais. Seu trabalho implica uma interação contínua e direta com a natureza viva – uma característica altamente valorizada pelos

próprios agricultores. Dessa forma o incentivo à produção extrativista torna-se uma alternativa para o desenvolvimento de Comunidades e Povos Tradicionais não só do Estado do Tocantins, mas de outras regiões do Brasil.

GRÁFICO 1 -

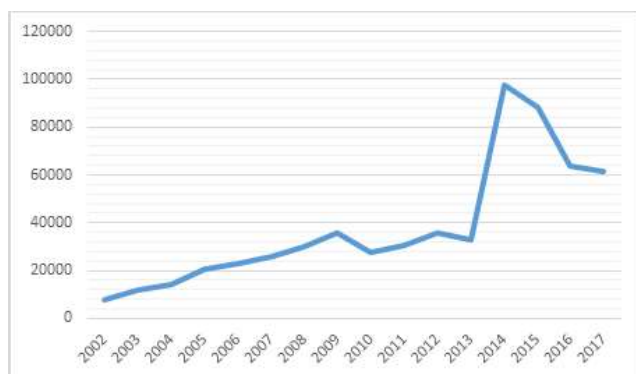


Figura 1. Produção extrativista do Tocantins – Série histórica. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

O gráfico acima reafirma os períodos com os investimentos em políticas públicas para os agricultores familiares e comunidades tradicionais no Brasil, foram também os anos de maior produção. As políticas públicas as incentivaram a produção extrativista e a partir do desmonte destas e com o fim do MDA, observa-se uma queda da produção extrativista no estado do Tocantins .

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstraram que apoiar a agricultura familiar o agroextrativismo na perspectiva da teoria dos bens comuns de Elinor Ostrom e do desenvolvimento local sustentável pode gerar muito além de renda. Este trabalho comunga das ideias de Ye et al. [11] de que o extrativismo representa a produção sem reprodução e pode distribuir melhor a riquezas.

A produção extrativista tem uma participação de 0.2% no PIB do estado, considerada pequena, no entanto, continua sendo um mercado de R\$61 milhões de reais, além de ser uma produção que valoriza as comunidades tradicionais, a agricultura familiar, forma de produção sustentável que contribui para a conservação das matas e solo. Uma vez que requer uso mínimo de quaisquer tipos de agrotóxicos, e em alguns casos pouca a quase nenhuma alteração, no local o que comina com a produção agroecológica.

Ao apresentar dez qualidades da agricultura familiar, Ploeg [10] sintetiza o potencial multifuncional que ela pode desenvolver a fim de contribuir para a superação de significativos dilemas do capitalismo. Outro fato que cabe destaque é a comercialização desses produtos demonstra a importância da preservação do cerrado e das matas e do incentivo ao manejo sustentável. Além de justificar a implantação das Reserva Extrativista que combinam o uso produtivo dos recursos florestais com a sua conservação, ao mesmo tempo que garante o direito histórico das populações extrativistas ao

seu território, bem como propiciar formas de sustentabilidade dos recursos naturais presentes no próprio sistema tradicional dos povos da floresta Cabe destaque a extração do babaçu realizada predominantemente por mulheres na Amazônia Legal e estado do Tocantins. Para [9] é uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitado integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, à quebra e à venda das amêndoas que se tornou sua principal fonte de renda que lhes garante autonomia financeira. Para as quebradeiras a vida se constrói em volta do babaçu, as vezes suas casas são feitas da palha do babaçu. O extrativismo é considerado uma das atividades que asseguram e promovem renda para homens e mulheres do campo

Referências

- [1] DENCKER, A. F. M. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.
- [2] GRISA, C.; WESZ JR., V.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.
- [3] HENRIQUE, U. L. R et al. Produção de alimentos no estado do Tocantins. IN.
- [4] SANTOS, Lucélia Neves dos, BERALDO, Keile Aparecida; RODRIGUES, Waldecy. Gerenciamento de projetos na Reserva Extrativista do Ciriaco/MA: desempenho e participação. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 6 (3), P. 93-110, 2018.
- [5] SCHOTT, E.; MARTINS, M. L. B. Contextualização geopolítica do estado do Tocantins. IN. Diagnóstico de segurança alimentar e nutricional do estado do Tocantins/ organizadores: Eloise Schott, Maylla Luanna Barbosa Martins, Caroline Roberta Freitas Pires, Renata Andrade de Medeiros Moreira, Clemilton Antônio da Silva, Abraham Damian Giraldo Zunica. –Palmas: EDUFT, 2017. P. 11-14.
- [6] SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de Coco: “Babaçu Livre” e Reservas Extrativistas. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/920>. Acesso em: 01/03/2018.
- [7] PLOEG, Jan Douwe van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é um projeto editorial da AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia integrado à AgriCultures Network. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia Número Extra. n. 1 • Fevereiro de 2014.
- [8] YE, Jingzhong , VAN DER PLOEG, Jan Douwe, SCHNEIDER, Sérgio Teodor Shanin (2019): The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism, The Journal of Peasant Studies, DOI: 10.1080/03066150.2018.1559834

KEILE AP. BERALDO

Possui graduação em Economia pela Fundação Educacional Araçatuba (1997) e mestrado em Ciências do Ambiente pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2007). Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Atualmente é Professora Adjunta da Fundação Universidade Federal do Tocantins Campus de Palmas Cursos de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL). Tem experiência na área de Economia e Administração Rural, com ênfase em Economia rural, atuando principalmente nos seguintes temas: custos de produção, Políticas Públicas, integração e participação, Desenvolvimento rural, Desenvolvimento Territorial, Agroecologia, Extensão Rural, produção, conhecimento e formação cultural, Mercados alternativos, Agricultura Familiar e Educação no Campo.

LUCAS EVANGELISTA FREIRE

Estudante do Curso de Ciências Econômicas – UFT.

THIAGO VELOSO DE MELO

Estudante do curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Tocantins (UFT)- Campus Palmas. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde Novembro de 2017. Atualmente desenvolvendo Projeto de Iniciação Científica com título "Estrutura Produtiva na Geoeconomia do Estado do Tocantins, 2017, Sob Orientação do Professor Doutor Nilton Marques

de Oliveira.

• • •

• • •